A evolução da igreja de São Lourenço de Carnide: um estudo de caso*

JOÃO LÁZARO**

ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa
joaodizlazaro@gmail.com

Resumo: Apresentam-se os resultados de um projeto de recolha e análise de documentação histórica referente à igreja de São Lourenço de Carnide, em Lisboa, e de construção de conhecimento histórico sobre a igreja e a vida religiosa da freguesia de Carnide. É traçado o percurso desta igreja desde a época medieval até ao Estado Novo. São identificados os principais processos de reconstrução do templo, bem como as diversas mudanças de propriedade a que esteve sujeito. São ainda identificados os projetos de reafectação do uso da igreja, planeados já no século XX, entre os quais se encontram uma escola primária e um cinema.

Palavras-chave: Igreja de São Lourenço de Carnide, história local, história religiosa.

Abstract: This paper presents the results of a project based on the gathering and analysis of historical documents related to the church of São Lourenço de Carnide in Lisbon, and also based on the production of historical knowledge regarding this church and on the religious life of Carnide. The evolution of this church from the Middle Ages until the Estado Novo regime is drawn. The main processes of reconstruction of the church are identified, as well as the changes of ownership it has undergone. Planned in the early twentieth century, the projects to reallocate the use of the church are also identified, namely an elementary school and a cinema.

Keywords: Church of São Lourenço de Carnide, local history, religious history.

* Este texto tem por base um trabalho de investigação realizado no âmbito de um Estágio Profissional financiado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional e pelo Centro Social Paroquial de Carnide (CSPC), entre julho de 2010 e julho de 2011, sob a responsabilidade do Dr. António Pedro Capão, do CSPC.

** Licenciado em História e Mestre em História Moderna e Contemporânea, na vertente de Cultura, Cidadania e Política, ambos pelo ISCTE-IUL. Atualmente, doutorando em História Moderna e Contemporânea na mesma instituição.

Da origem medieval à alvorada da I República

A documentação da presença humana em Carnide remonta, pelo menos, à Idade Média, havendo uma gradual evolução no nome da localidade: Carnede em 1187; Carnedi em 1220; Carnyde em 1259; e finalmente Carnide em 1311. Quando Afonso Henriques conquistou a cidade de Lisboa, Carnide era já um lugar com um significativo aglomerado populacional, tendo sido organizado de acordo com a nova ordem religiosa e política por volta de 1279. É através das cruzadas que é possível obter a informação mais antiga alusiva à igreja de São Lourenço de Carnide, pois já em 1321 a mesma é referenciada na documentação que previa o pagamento da décima de apoio à guerra contra os mouros. Nesta documentação temos a informação de que os respetivos juízes régios se deslocaram às várias regiões no sentido de recolher as taxas salvaguardadas pela bula papal. No dia 25 de março de 1321 o Bispado de Lisboa, onde estava localizada a igreja de São Lourenço de Carnide, foi taxado, e apesar de surgir na documentação como sendo domínio do termo de Tomar e estando incorporada nos bens da Ordem de Cristo, a «igreja de S. Lourenço de Carnide com a ermida [foi taxada] em cinquenta libras. Uma ração que há na mesma igreja em quarenta libras»[1]. Como se pode verificar, a igreja surge já com o nome atual, o de São Lourenço[2].

Tudo indica que o templo religioso, inicialmente com uma estrutura primitiva, foi edificado em meados ano de 1321. Alguns elementos de estilo românico originais foram conservados, como foi o caso da pia de água benta[3] e dos restos do antigo capitel adornado de figuras grotescas. Mais recentemente, durante a recuperação da igreja feita pela paróquia de Carnide, «foram encontradas peças, coevas da primitiva edificação, como lápides com inscrição, estelas discoidais, etc.»[4]. Mesmo na sua forma primitiva, a igreja não deixava de ter um certo, e importante, relevo local, visto que a ermida do Espírito Santo[5] estava sob sua tutela.

Em virtude de haver informação que atesta a construção da igreja no ano de 1321, torna-se imperativo mencionar e, claro está, desconstruir, os vários autores que apontam o ano de 1342 como sendo o ano da sua edificação. É o caso de José Silva Carvalho, no livro *Carnide e o seu património edificado*, e Maria Calado e Vítor Matias, no livro *Lisboa: Freguesia de Carnide*; a mesma datação errada é assumida por outras fontes de informação, como por exemplo a *Wikipédia*[6]. Em todos estes formatos é

1 Fortunato de Almeida – *História da Igreja em Portugal*. Tomo II. Coimbra: Imprensa Académica Coimbra, 1910, p. 685.

2 Foi um diácono martirizado em Roma, em 258. O seu culto já era grande no século IV, chegando a haver em Roma cerca de 34 igrejas com o seu nome.

3 Atualmente está no Museu da Cidade de Lisboa.

4 Irisalva Moita – Igreja de São Lourenço de Carnide. In Fernando de Almeida, (dir.) — *Monumentos e edifícios do distrito de Lisboa*. Vol. 5, Tomo 4, 2ª Parte. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, 2000, p. 230.

5 Demolida em setembro de 1858 por decisão do Concelho de Belém, onde à época estava integrada a freguesia de Carnide.

6 *http://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja_de_S%C3%A3o_Louren%C3%A7o_de_Carnide*, consultado em 19 de setembro de 2010.

possível verificar que o ano de 1342 é mencionado como sendo o ano da construção do templo. Efetivamente, a bibliografia disponível é pouco consistente na datação da edificação desta igreja. Até no mais recente livro de Paulo Figueiredo, *Freguesia de Carnide um lugar único e mágico*, há a constatação que a igreja foi construída em 1321[7], contudo nas páginas anteriores o mesmo autor afirma que «em 1342, o bispo de Lisboa mandou erguer a igreja a qual em meados desse século já era igreja paroquial»[8]. Estes erros ocorrem, provavelmente, devido ao facto de nesse ano a igreja sofrer a sua primeira reconstrução, por iniciativa do Bispo de Lisboa, D. João.

A placa colocada na igreja depois do devastador terramoto de 1755 (o qual abalou a região de Lisboa) induz em erro vários estudiosos da igreja, pois afirma que na «era de 1380[9] 14 de Maio o Bispo Dõ João mandou edificar esta igreja por P.º Sanches Chãtre de LX.ª A hõra de sã LC.º e deu a João Dõr seu capelam aos 24 dias de Iulho da dita era ao qual Deus perdoa Amen». Portanto, foi o 28º Bispo de Lisboa, D. João Afonso de Brito, que mandou edificar a igreja em honra de São Lourenço de Carnide através de Pedro Sanches, chantre da sua Sé, ficando capelão da igreja, João Dor.

O Prior de Carnide em 1895, o Padre José Baptista Pereira, avança com uma explicação para a dinamização reconstrutiva de 1342 pelo próprio Bispo de Lisboa. Este autor afirma: «na rua do Machado [em Carnide] havia uma casa, que ainda hoje existe habitada, conhecida pela casa do bispo. Teriam, efetivamente, os bispos de Lisboa, alguma casa de campo, onde eles viessem passar alguns meses da estação calma, como tiveram e ainda hoje tem os patriarcas em Santo António do Tojal?»[10]. Segundo esta tese, a igreja terá sido [re]edificada em 1342 pelo Bispo de Lisboa em honra de São Lourenço, para acolher os crentes da localidade, bem como para acolher o próprio Bispo de Lisboa, quando esse se encontrava em Carnide.

De imediato a igreja ganha uma primazia na zona, pois é elevada a paroquial da localidade. Ao adquirir as funções paroquiais, consegue auferir uma tremenda centralidade na paróquia de Carnide, visto que a igreja passava a ser um centro quotidiano e de romaria para a população local. Por exemplo, é nesse espaço que são realizados os batizados e casamentos, bem como os funerais. Como salienta o historiador francês Philippe Ariès, a «estreita relação entre cemitério e a igreja reconhece-se ainda pelas palavras que as designam e pela ambiguidade do seu emprego. Para estabelecer um cemitério, construía-se uma igreja. […] A função cemiterial começava no interior da igreja, dentro dos seus muros, e continuava para

7 Paulo Figueiredo – *Freguesia de Carnide: um lugar único e mágico*. Lisboa: Junta de Freguesia de Carnide, 2005, p. 112.

8 Paulo Figueiredo — *Freguesia de Carnide…*, p. 22.

9 Esta data refere-se à "*ra de César*", que vigorou em Portugal até à adoção da "*Era Cristã*", por determinação de D. João I, no ano de 1422 (correspondente a 1460 segundo a Era de César). Consequentemente, a data inscrita na placa corresponde ao ano de 1342.

10 José Baptista Pereira – Memórias de Carnide. *O Instituto*. 61-62-63 (1914-1916), p. 172.

além dela, no espaço que constituía os *passus ecclesiasticic, in circuitu ecclesiae*»[11]. Em suma, neste período não há cemitério sem igreja, estando o cemitério fisicamente implantado no terreno da igreja. A igreja de São Lourenço de Carnide era também um reflexo desta mentalidade e comportamento do homem perante a morte. A função cemiterial estava intrinsecamente ligada à igreja, era na segurança espiritual deste templo que as pessoas queriam ser sepultadas. Na igreja de São Lourenço de Carnide os defuntos eram sepultados de acordo com a sua condição social e posses. Mesmo no interior da igreja havia espaços determinados para a prática do enterro: o jazido da sacristia, ou *sepultura clericorum*, era reservado aos Padres, e de acordo com os livros de registo de óbitos o primeiro clérigo aí a ser sepultado foi o Padre Diogo Monteiro a 10 de outubro de 1648 e o último ocorreu a 11 de fevereiro de 1853, Frei João de Santa Joana. Além da sacristia, havia a capela-mor e o corpo da igreja como espaços de sepultamento, o primeiro destinado aos notáveis da localidade e o segundo a determinadas pessoas com posses; grosso modo, ambos os lugares estavam destinados a indivíduos ligados à nobreza/fidalguia e que «podiam pagar à fábrica da igreja suas sepulturas»[12]. Os mais pobres e desfavorecidos eram enterrados no adro da igreja e arredores da mesma. Esta prática fúnebre foi comum até ao liberalismo. Somente a partir de maio de 1869 os enterros deixam de ser feitos na igreja, passando a ser realizados no cemitério público de Benfica e de Carnide.

A estrutura da igreja ao longo do tempo é sujeita a reconstruções e remodelações, sendo de destacar a ocorrida após o terramoto de 1755, visto que a igreja ficou seriamente danificada, apenas a capela-mor ficou «livre de ruína […] e com ajuda do povo se reedificou de sorte que hoje [1758] se acha em melhor estado porque lhe fizeram uma boa Casa de Despacho que não tinha e uma boa torre de cantaria em que puseram os sinos»[13]. Perante esta informação é possível constatar que as obras de reparação na igreja foram consumadas com o esforço da população local. Foi ainda incorporado no altar-mor um painel de Bento Coelho da Silveira[14]. Segundo o *Dicionário Geográfico ou Noticia Histórica* do Padre Luiz Cardoso do ano de 1769, havia na igreja cinco altares. Todavia, o mesmo autor apenas salienta quatro: o maior era o de Nossa Senhora do Rosário, sendo dos outros o mais pequeno o de Cristo Crucificado. Os restantes altares eram o de São Miguel, e o de Jesus, Maria e José.

11 Philippe Ariès – *O Homem Perante a Morte*. Vol. I, 2000. Mem-Martins: Publicações Europa-América, 2000, p. 66-67.

12 José Baptista Pereira – Memórias de Carnide. *O Instituto*. 61-62-63 (1914-1916), p. 232.

13 Citado em Gabinete de Estudos Olisiponenses [doravante, GEO], AUB-CX, Câmara Municipal de Lisboa – *Carnide-Luz. Velho Núcleo Urbano*.

14 Nasceu por volta de 1620 e integrou, porventura, a oficina de Marcos da Cruz onde desenvolveu o ofício de pintor a óleo. Pertenceu à Irmandade de São Lucas, e instalou a sua primeira oficina na freguesia de São Nicolau. Em 1678 foi nomeado pintor régio pelo Rei D. Pedro II, trabalhando ainda ao serviço de D. João IV, D. Afonso VI e D. Pedro II, bem como para a casa Meneses e Lencastre e ordens religiosas como os Jesuítas, Carmelitas Descalços, Cistercienses, entre outros.

O templo albergava ainda três irmandades[15]: a irmandade do Senhor; a irmandade Nossa Senhora do Rosário; e a irmandade das Almas. A reconstrução pós-terramoto ainda introduziu novos retábulos de talha dourada nos altares e ampliou a coleção de azulejos com a introdução de novos painéis alusivos à vida de São Vicente. As obras de reconstrução só terminaram no ano de 1808, com o arranjo do adro da igreja e a colocação do cruzeiro.

Durante o vintismo a igreja de São Lourenço de Carnide é citada algumas vezes pelos deputados liberais, ou seja, o templo chega a ser parte integrante da discussão parlamentar, nomeadamente nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa. A 12 de março de 1822 era debatido um parecer elaborado pela Comissão Eclesiástica da Reforma. Esse parecer examinava um requerimento, da autoria do Padre José da Costa Ribeiro, que proponha a criação de um capelão na igreja da Luz, pois segundo o autor havia a necessidade de tomar conta das chaves do sacrário, de professar os cavaleiros e comendadores, e de tomar o cuidado com o culto divino. Durante este debate emergia a seguinte proposta: «no estado de ruína e indecência, em que se acha a igreja paroquial [São Lourenço de Carnide], seria economia, providente, e decoroso para a decência do culto divino, e comodidade dos povos, passar a paróquia para a igreja da Luz»[16]. Esta proposta seria aprovada e, consequentemente, deve ser sublinhado que já em 1822 havia a ideia de transferir as competências paroquiais da igreja de São Lourenço de Carnide para a igreja da Luz. A proposta tinha o apoio dos próprios eclesiásticos de Carnide. Embora a transferência das funções paroquiais da igreja de São Lourenço de Carnide para a igreja da Luz seja só consumada em 1913, fica, no entanto, nítido que tal ideia remonta pelo menos a 1822. Na verdade, a igreja da Luz com o seu culto a Nossa Senhora da Luz vinha desde o século XV a adquirir um enorme relevo que transcendia a localidade de Carnide. A sua importância é de tal modo que os primeiros irmãos a entrar na Irmandade da Senhora da Luz foram D. Afonso V (Rei de Portugal) e D. Afonso Nogueira (Bispo de Lisboa). Doravante, a irmandade continuou a receber nas suas fileiras importantes figuras da história portuguesa. Por exemplo, em 1566 dá entrada na Irmandade o Rei D. Sebastião, a Rainha D. Catarina, a Infanta D. Maria, o Senhor D. António, o Infante D. Luís e o Senhor D. Duarte. São estas ilustres individualidades que financiam, em grande medida, as festas em honra da Nossa Senhora da Luz (8 de setembro). A Infanta D. Maria estabelece uma forte ligação a este culto, sendo a responsável pela construção da igreja da Luz, chegando a deixar no seu testamento (aprovado a 17 de julho e corrigido a 31 de agosto de 1577) a entrega da sua fortuna à Irmandade de Nossa

15 Pertencem à categoria das confrarias, tendo uma finalidade associativista e ligada a práticas devocionais, bem como à administração de vários legados e bens de alma. Normalmente, estavam erigidas em torno de altares ou na invocação de um santo. Em teoria, a entrada para qualquer irmandade não dependia de qualquer restrição de ordem social.

16 *Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, a 12 de março de 1822, p. 454.

Senhora da Luz e o desejo de ser sepultada na igreja da Luz[17]. Não obstante, o impacto religioso/festivo do culto da Nossa Senhora da Luz acaba, inclusive, por transbordar a fronteira portuguesa, pois segundo Roque do Soveral muitos estrangeiros revelaram um enorme interesse nas festividades, chegando a contribuir monetariamente para as mesmas festas, no entanto, o mesmo autor não revela os nomes.

No findar do século XIX o Padre José Baptista Pereira (Prior de Carnide) apresenta o seu testemunho[18] sobre o estado de conservação do templo, relatando que nesse período ainda eram evidentes vestígios medievais (já citados anteriormente), mas também vestígios do século XVI, mais concretamente uma inscrição sobre a verga da porta do púlpito «*Fevereiro de 1592*[19]», bem como um quadro no retábulo da capela-mor, chamado de «a ceia». Este quadro, da autoria de Bento Coelho da Silveira, estava situado na capela-mor; mais tarde, durante as obras de remodelação de 1860, foi danificado por um outro pintor. Ainda na capela-mor havia duas mísulas, estando na do lado do evangelho a imagem de Nossa Senhora dos Prazeres, e na da epístola a do orago, São Lourenço. Em relação à azulejaria, há informação de que na entrada norte havia azulejos pequenos e retangulares em tons de verdes e brancos[20], porventura de origem flamenga. Estes azulejos teriam, no passado, forrado a primitiva fábrica, contudo, com a ampliação da igreja, foram trocados por novos azulejos e colocados nessa zona. Os degraus da escada de acesso ao púlpito são constituídos por pedras de uma sepultura antiga. Aliás, a existência de pedras tumulares na estrutura da igreja é comum, pois com o terramoto de 1755 a igreja foi reconstruída com a ajuda dessas. Em relação ao corpo da igreja, estava todo forrado, em toda a sua altura, de magníficos azulejos com representações da vida do mártir São Lourenço, uma obra azulejar atribuída à oficina dos Oliveira Bernardes. Anos mais tarde, Gabriel Pereira descreve a igreja como «um templo alegre, com as suas obras de talha dourada, as paredes forradas com azulejos, de azul sobre branco, em grandes quadros, alusivos à vida de S. Lourenço»[21].

Importa destacar que José Baptista Pereira é o primeiro autor a referir nos seus escritos o curioso e emblemático brasão que ainda hoje permanece inserido na fachada principal da igreja de São Lourenço de Carnide. Sobre esse brasão escreve: «conserva-se um brasão de armas, composto de uma perna calçada encimada por uma estrela»[22]. No que diz respeito a este peculiar brasão é de frisar que é possível, porventura, colocar o aparecimento do brasão entre 1769 – data em que o Padre Luiz

17 Confrontar Padre Roque do Soveral – *História do insigne aparecimento de Nossa Senhora da Luz e suas obras maravilhosas*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1610 e António de Sousa Araújo – *O Santuário da Luz – glória de Carnide*. Lisboa: Paróquia de Carnide, 1977.

18 Cf. José Baptista Pereira – Memórias de Carnide. *O Instituto*. 61-62-63 (1914-1916).

19 Neste ano ocorreu uma remodelação no interior do templo.

20 Semelhantes aos existentes na igreja do Lumiar.

21 Gabriel Pereira – *Pelos suburbios e visinhanças de Lisboa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1910, p. 213.

22 José Baptista Pereira – Memórias de Carnide. *O Instituto*. 61-62-63 (1914-1916), p. 171.

Cardoso escreve no seu *Dicionário Geográfico ou Noticia Histórica* o estado da igreja de São Lourenço de Carnide, não relatando qualquer brasão – e 1916, onde o brasão já surge na obra do Padre José Baptista Pereira. Sobre o brasão Maria Júlia Jorge, no *Dicionário da História de Lisboa*, afirma que esta «curiosa pedra de armas, em que se vê uma bota alta sobre uma nuvem e encimada por uma estrela de seis pontas […] não pertence à heráldica da nobreza local»[23].

José Baptista Pereira regista ainda que por diversas vezes a igreja esteve encerrada para obras e, por conseguinte, as suas funções paroquiais foram transferidas para outros templos religiosos na zona. Depois do já citado terramoto de 1755 as funções paroquiais foram pontualmente deslocadas para a ermida do Espírito Santo – que aparentemente resistiu intacta aos abalos da terra. Entre 1833 e 1834 a sede paroquial era novamente transferida para a ermida do Espírito Santo devido a algumas obras na igreja São Lourenço de Carnide, «pois desde de 10 de fevereiro de 1833, em que casou, na Ermida, Manuel Gregório Tavares, até setembro do ano seguinte todos os atos de casamentos foram ali praticados»[24]. Anos mais tarde, em 1894, a igreja de São Lourenço de Carnide estava encerrada de novo ao culto há pelo menos oito anos, tendo sido transferidas as funções paroquiais para uma capela existente na Nossa Senhora da Luz. Contudo, se em 1894 José Baptista Pereira afirma que a igreja estava fechada, em 1910 Gabriel Pereira relata – através do seu livro *Pelos Subúrbios e Visinhanças de Lisboa* – que a igreja estava já reparada, devido às obras que tinham ocorrido nela recentemente, mais concretamente no ano 1897 de acordo com a documentação do Ministério das Obras Públicas, um trabalho de reparação solicitado pela Irmandade do Santíssimo Sacramento[25].

O projeto de transformação da igreja de São Lourenço de Carnide em escola primária, 1910-1926

O 5 de outubro de 1910 produziu uma clara rutura política e social em Portugal, alterando radicalmente o panorama religioso. A prática do culto foi melindrada institucionalmente, sendo temporariamente cingida ao interior das estruturas religiosas na tentativa de laicização do espaço público. De facto, é projetado em diversos templos católicos a edificação de uma escola, uma postura que pretendia substituir a figura do padre pelo professor (e o médico) na estrutura social. A igreja de São Lourenço de Carnide não foi exceção, ficando durante a República sobre a alçada da Comissão Central da Lei da Separação.

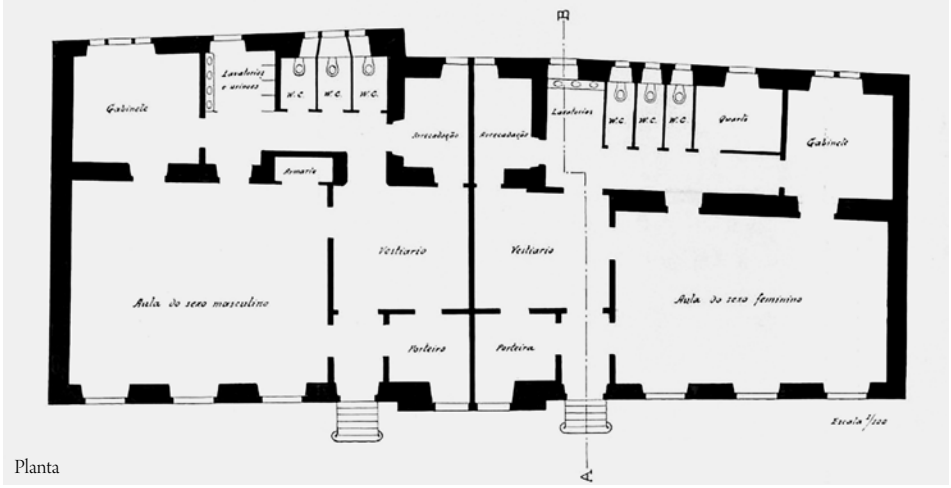
23 Maria Júlia Jorge – Carnide (Palácio dos condes de). In FrancisacoFrancisco Santana; EduadoEduardo Sucena, (dir.) — *Dicionário da História de Lisboa*. Sacavém: Carlos Quintas e associados – consultores Lda, 1994, p. 216.

24 José Baptista Pereira – Memórias de Carnide. *O Instituto*. 61-62-63 (1914-1916), p. 175.

25 ANTT, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, maço 485.

Em 1913 ocorre o último batizado na igreja, marcando desse modo o encerramento da igreja de São Lourenço de Carnide ao culto e à atividade religiosa, por ordem governamental. Doravante começa a ser projetada a constituição de uma escola primária na igreja. Os republicanos pretendiam dar um novo uso à igreja, com a Câmara Municipal de Lisboa a «pedir ao Governo a cedência da Igreja de S. Lourenço de Carnide, a fim de ser adaptada a uma Escola, naquela freguesia, satisfazendo-se, assim, ao desejo manifestado pela respetiva Junta de Paroquia»[26]. No ano seguinte, 1914, a Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa, através do vereador Abel Sebrosa, vai «trabalhando [na] aquisição do edifício da igreja de S. Lourenço de Carnide, para ser transformada em escola, reclamada pela população daquela localidade e respetiva Junta de Freguesia»[27]. Inclusive, é nesse ano que são estabelecidos os primeiros

Fachada principal



Planta

Projeto de Escola Primária a instalar na Igreja São Lourenço de Carnide.
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, Núcleo Arco do Cego, PT/AMLSB/AL/CMLSB/ADMG-N/02/08421, *Anexos da escritura da compra da Igreja de S. Lourenço, 1922.*

26 GEO, *Atas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa*, julho de 1914, p. 428.
27 GEO, *Atas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa*, Ano de 1922, p. 604.

contactos formais entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Comissão da Execução da Lei da Separação, no sentido de adquirir a igreja e o seu terreno em anexo, com o objetivo de a transformar numa escola primária. No ano seguinte, 1915, é enviado um ofício (semelhante ao de 1914) à Comissão da Execução da Lei da Separação para reafirmar a necessidade de adquirir a igreja, pois «não havendo em Carnide edifício escolar, nem casa que se possa alugar para esse fim e encontrando-se a antiga igreja de S. Lourenço desocupada e em ruínas»[28].

A 1 de março de 1915 o vereador da instrução da Câmara Municipal de Lisboa propõe que a igreja de São Lourenço de Carnide seja transformada num estabelecimento escolar que agregasse as duas escolas primárias (feminina e masculina), 45º e 46º de Carnide. O projeto previa a construção no edifício de uma cantina, balneários e as respetivas moradias para os professores. Perante esta vontade de adquirir a igreja e o terreno em anexo, de 900 metros quadrados, são encetadas conversações entre a Câmara de Lisboa e o Governo (Ministério da Justiça) sobre os valores de uma eventual compra. Desse modo, é estabelecido em sessão plenária camarária avançar com a quantia de 180$00 escudos. No entanto, a Comissão Administrativa dos Bens do Estado tinha avaliado a igreja em 900$00 escudos, criando de imediato uma divergência em torno do preço, entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Comissão de Administração. Perante este impasse foi decidido efetuar uma louvação alvitrada. Era nomeado um árbitro por parte da Câmara (Francisco Valente Marrecas Ferreira) e um outro árbitro por parte da Comissão (Senador Rodrigo Alvares), sendo ainda nomeada uma terceira individualidade a arbitrar por mútuo acordo (Senador Faustino da Fonseca), que agiria em caso de empate. Com efeito, no dia 29 de outubro de 1915 as partes interessadas encontraram-se na igreja de São Lourenço de Carnide, para tratar da avaliação. Rapidamente se reconhece que o terreno da igreja possui uma área superior aos 900 metros quadrados, sendo de 3.869 metros quadrados a área total do terreno murado, e de 417 metros quadrados o espaço ocupado pelo edifício. Analisado o terreno, conclui-se que o preço é superior a dois escudos por metro quadrado, contudo devido ao facto de o terreno ser destinado ao interesse público, os dois árbitros concordaram em avaliar o terreno em um escudo por cada metro quadrado e o edifício em dois escudos por cada metro quadrado. Portanto, o preço estabelecido da compra da igreja ficaria nos 4$703 escudos, muito longe da proposta inicial da Câmara Municipal de Lisboa. Neste encontro foi referenciado, e anotado, a presença dos importantes quadros de azulejos no interior da igreja, «cujos [os] assuntos tornam incompatível o funcionamento de uma escola de instrução primaria com a sua existência nas paredes, e de qualquer outro valor artístico»[29].

28 Arquivo Municipal de Lisboa, Núcleo Arco do Cego, PT/AMLSB/AL/CMLSB/ADMG-N/02/08421, *Anexos da escritura da compra da Igreja de S. Lourenço, 1922.*

29 *Ibidem*.

No olhar dos republicanos, o facto de os azulejos da igreja representarem figuras e acontecimentos de cariz religioso, abalroava a política republicana de separação entre o Estado e a Igreja, por outras palavras, a matriz laica. Deste modo, os azulejos deveriam ser removidos. Contudo, ficava estabelecido, num ofício de janeiro de 1916 da Comissão de Monumentos ao Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa que o trabalho de remoção dos azulejos devia ser efetuado por especialistas, tendo como destino a sacristia da igreja da Luz (na altura já monumento nacional). No ano anterior, a 5 de março de 1915, o diretor da Comissão de Monumentos elaborava um parecer onde demonstrava ser favorável à transformação da igreja num espaço escolar, porém, não deixava de acautelar que essa obra não devia danificar «os azulejos que revest[iam], a toda a altura, as paredes do corpo da»[30] igreja, nem os lambris da Capela-mor e os vestígios da antiga estrutura primitiva (cantarias). A Repartição de Instrução Artística chegou a escrever à Câmara Municipal de Lisboa, frisando a necessidade de salvaguardar e conservar os «azulejos do século XVIII, representando a vida de S. Lourenço que revestem as paredes da igreja de S. Lourenço de Carnide, conforme o proposto pelo funcionário deste Ministério, José Queirós[31], nomeado […] para inventariar e cuidar da conservação dos azulejos»[32]. Por fim, ficava estabelecido que em caso da Câmara Municipal decidir não adquirir a igreja de São Lourenço de Carnide, estava previsto a venda do edifício em hasta pública.

Em agosto de 1916 é entregue o orçamento do projeto de transformação da igreja numa escola primária para os dois sexos. O orçamento rondava os 9$100 escudos e estabelecia uma divisão do templo em dois blocos: o do lado esquerdo para os alunos e do lado direito para alunas. Cada um destes dois blocos continha uma entrada exclusiva, um gabinete para os respetivos professores, lavatórios, arrecadação, vestuário, porteiro e cada uma das salas de aula tinha um armário. Estava ainda previsto, por motivos de salubridade, a construção de uma fossa séptica. É possível verificar neste projeto que todos os elementos, quer arquitetónicos quer ornamentais, que remetessem para a lembrança da antiga igreja foram eliminados.

O plano arquitetónico foi aprovado a 5 de janeiro de 1917. Contudo, a Câmara reconhecia algumas insuficiências no sentido de comportar o crescimento de números de alunos e alunas da freguesia. Perante isto, foi proposto que fosse elaborado um outro projeto que visasse a construção de uma cantina e balneários. Cinco dias depois, era estabelecido que o corpo pedagógico deveria ser constituído por cinco professores e uma monitora.

30 Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Arquivo/DGFP/LIS/LIS/BARTS/048, Processo Z-132, "Ofício dirigido ao Presidente da Comissão Concelhia do 3º bairro de Lisboa", 5 de março de 1915.

31 Autor de importante, e pioneiro, estudo sobre a cerâmica em Portugal, intitulado *Cerâmica Portuguesa* e publicado em 1907.

32 Arquivo Municipal de Lisboa, Núcleo Arco do Cego, PT/AMLSB/AL/CMLSB/ADMG-N/02/08421, *Anexos da escritura da compra da Igreja de S. Lourenço, 1922.*

É em 11 de janeiro de 1917 que o assunto ganha uma nova e decisiva dimensão. Nesse dia a Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa, pela voz de Augusto César de Magalhães, propunha que «a adaptação da igreja de S. Lourenço, em Carnide, a estabelecimento escolar fica[sse] para ser tratado na próxima sessão»[33]. Como se pode verificar, a transformação da igreja de São Lourenço de Carnide em escola começa, embora timidamente, a ser discutida em 1914 ganhando forma nos primórdios de 1917. O projeto previa ainda a construção de uma cantina e balneários para os respetivos alunos e professores. A infraestrutura ainda ficava como residência dos professores. De imediato a concretização de tal projeto faz suscitar resistências na própria localidade de Carnide. A mais veemente oposição ao projeto apresentada aos vereadores da Câmara de Lisboa é uma carta de um Capitão e ilustre professor do Colégio Militar de nome António Bivar de Sousa, que é publicada em janeiro desse ano na comunicação social. Passemos a transcrever parte do protesto: «A igreja de S. Lourenço é uma modesta igreja do século XIV, sem grandiosas obras de arte, é verdade, mas todavia digna de ser conservada e entregue ao culto. […] Para adaptar essa pequena igreja a uma escola, seria necessário demoli-la por completo, e em seu lugar criar uma construção espaçosa e alegre, higiénica e moderna, onde a luz e a alegria, o amor, a sinceridade e a verdade entrem a jorros e acalentem e façam suavemente desabrochar a alma das criancinhas. Deixem, pois em paz, Srs. Vereadores, a modesta igreja de S. Lourenço e bom seria que em Carnide, onde há certamente católicos, alguma das igrejas fosse entregue ao culto, pois ao presente, estando todas as igrejas sequestradas, a igreja de S. Lourenço, de Santa Teresa e de Nossa Senhora da Luz»[34]. O protesto visava demover os vereadores da Câmara de Lisboa na transformação que se adivinhava na igreja. Por conseguinte, alertava para a existência de católicos praticantes em Carnide que naquela altura não tinham uma igreja para praticar o culto religioso, visto que todas as infraestruturas religiosas da zona estavam sob a alçada do Estado.

Mais tarde, a 28 de abril de 1917, a Câmara decide contactar o Governo para anunciar que está de acordo com o valor da compra, devendo o respetivo pagamento ser feito em cinco anuidades, sendo de quatro mil escudos cada uma, e a última de setecentos e três escudos. A Câmara de Lisboa era a responsável pela «remoção dos azulejos antigos representando o motivo da vida e martírio de S. Lourenço, que, sob a direção do Conselho de Arte e Arqueologia, deverão ser colocados nas paredes da sacristia do monumento nacional da Luz»[35]. Estando acordado o preço da compra, o passo seguinte passava por combinar o dia e as pessoas para tratar da respetiva escritura. A 29 de maio de 1917 a aquisição da igreja de São Lourenço de Carnide

33 GEO, *Atas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa*, Ano de 1917, p. 36.

34 GEO, *Notícia referente à sessão camarária de 10 de janeiro de 1917*.

35 *Diário do Governo* – I Série, Número 91, 9 de junho de 1917.

pela Câmara Municipal de Lisboa era anunciada publicamente e de forma oficial. O Governo Republicano de Afonso Costa decretava a aquisição da igreja e seu terreno em anexo por parte da Câmara Municipal de Lisboa (Decreto-Lei n.º 3.161). Contudo, este decreto vinha com um erro em relação às anuidades de pagamento. Em vez de estar escrito que o pagamento era feito «*em iguais dias dos anos seguintes*», vinha «*em iguais dias dos meses seguintes*»[36]. Face a este erro burocrático, foi necessário retificar o decreto. A 9 de junho de 1917 era publicado um novo Decreto-lei, n.º 3.151, que previa a cedência da igreja e o respetivo terreno anexo de 3.869 metros quadrados à Câmara Municipal de Lisboa. A Câmara deveria pagar cerca de 4.703$00 escudos ao Estado, através da Comissão Central da execução da Lei da Separação, pela aquisição da igreja.

Curiosamente a transferência da igreja para a Câmara, apesar de estar legislada e acordada desde 1917, só se consumou volvidos 5 anos. Porventura, a situação política nacional e internacional – o golpe de Estado encetado por Sidónio País e a Primeira Guerra Mundial respetivamente – terão atrasado e colocado em segundo plano a transferência da igreja. Somente em 19 de outubro de 1922 a situação foi resolvida burocraticamente. Nesse dia o vereador Magalhães Peixoto apresenta à Comissão Executiva da Câmara uma proposta para consumar, definitivamente, a questão ainda em aberto da igreja de São Lourenço de Carnide. Tendo em conta todo o processo iniciado em 1914, o vereador propõe que «a Câmara Municipal adquira, desde já, a propriedade do edifício da igreja de S. Lourenço de Carnide e o terreno anexo, da área de 3.869 metros quadrados, pela quantia de 4.703$00 escudos e em harmonia com a deliberação aprovada em sessão camarária de 5 de janeiro de 1917»[37].

Esta proposta seria submetida à votação e aprovada por unanimidade. Finalmente o processo burocrático de transferência da igreja do Estado para a Câmara Municipal de Lisboa estava, aparentemente, concluído. Convém no entanto salientar que além da conjuntura histórica, a existência em Carnide de uma dinâmica republicana musculada foi vital para esse desfecho.

Não obstante, o processo sofre um novo condicionante em outubro de 1922, pois até essa data a Câmara de Lisboa não tinha tomado conta da igreja nem do terreno cedido, e não tinha avançado com o devido pagamento. Face a isto, o Governo comunicava à Câmara que tinha até dia 31 de outubro para cumprir o acordado, correndo o risco da anulação do decreto e a venda em hasta pública da igreja e terreno. A escritura de compra da igreja pela Câmara Municipal de Lisboa é consumada em 8 de dezembro de 1922. Neste dia juntaram-se na sala dos Paços do Concelho: Augusto César de Magalhães Peixote e Joaquim Kopke representando a Câmara Municipal de

36 *Diário do Governo* – I Série, Número 84, 29 de maio de 1917.

37 GEO, *Atas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa*, 1922, p. 604-605.

Lisboa e José António de Araújo, Presidente da Segunda Comissão de Administração dos Bens da Igrejas de Lisboa. Deste modo eram estabelecidos os valores da compra, ao passo que a Câmara Municipal de Lisboa ficava responsável pela remoção dos azulejos da igreja, contudo, era um trabalho que tinha a supervisão do Conselho de Arte Arqueológica[38].

No ano seguinte, 1923, a igreja voltava a ser debatida nas sessões da Câmara Municipal de Lisboa, mais uma vez através do vereador Magalhães Peixoto. Este vereador refere que a segunda Comissão de Administração dos Bens das Igrejas de Lisboa tinha cedido a renda da erva e da azeitona presente no adro da igreja a um cantoneiro municipal, de nome João da Silva Farinha, entre os anos de 1922 a 1925. Perante a compra recente efetuada pela Câmara ao Estado do dito templo, com o terreno em anexo, a concessão feita a João da Silva Farinha ficava anulada. Contudo, o vereador propôs manter a concessão a João da Silva Farinha, de 1923 até 1925, enquanto o templo não fosse utilizado com o fim para que fora comprado, visto que tal concessão resultava numa receita para o cofre municipal. Ou seja, opta-se por manter a concessão da colheita de erva e da azeitona das 36 oliveiras existentes no adro da igreja. João da Silva Farinha ficava sujeito ao pagamento de 52$10 anuais, e sob certas condições: «1.º – O pagamento será feito no princípio de janeiro de cada ano. 2.º – A concessão cessará logo que o referido recinto seja necessário à Câmara para qualquer outro fim de utilidade pública e sem que o concessionário tenha direito a qualquer indemnização ou restituição. 3.º – Durante o período por que perdurar esta concessão, o concessionário fica obrigado a fazer as limpezas convenientes ao arvoredo; sendo-lhe defesa cortar arvores e ramadas a não ser nestas o que for preciso para a boa conservação e tratamento das mesmas arvores»[39]. Esta proposta foi submetida à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Marina Tavares Dias afirma, no seu livro *Lisboa Desaparecida*[40], que a igreja de São Lourenço de Carnide albergou uma pocilga, contudo a autora não avança data para tal; porventura terá sido neste período.

De facto, a República ao promover a transformação do templo religioso numa escola, acabou por descaracterizar a identidade religiosa do templo, pois além dos azulejos representativos do mártir São Lourenço, acabaram por ser retirados vários objetos que, por seu turno, deram entrada em maio de 1916 no recém-fundado Museu Nacional de Arte Antiga. Recentemente as historiadores do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa, Maria João Neto e Clara Moura Soares,

38 Arquivo Municipal de Lisboa, Núcleo Arco do Cego, PT/AMLSB/AL/CMLSB/ADMG-N/02/08421, *Escritura da compra da Igreja de S. Lourenço, 1922*.

39 GEO, *Atas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa*, 1923, p. 35-A.

40 Cf. Marina Tavares Dias – *Lisboa Desaparecida*. Vol. 3. Lisboa: Quimera, 1990, p. 169.

apresentaram uma comunicação[41] num congresso sobre história da arte onde focam o percurso dos azulejos desta igreja. Ao que parece, é durante a vigência do Estado Novo que as entidades oficiais dão conta que os azulejos não estavam a revestir as paredes da igreja, mas estavam no Museu Municipal -– localizado à época no Palácio das Galveias -–, não havendo qualquer elemento documental a explicar a mudança. Tudo faz indicar que terá sido o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Coronel Linhares de Lima, a dar a ordem para se retirar os azulejos do templo. Mais tarde, o painel azular é retirado do palácio para ser colocado junto ao Jardim das Amoreiras onde, atualmente, ainda se encontra.

Da Ditadura Militar ao Estado Novo

A situação da igreja de São Lourenço de Carnide só voltaria a ser discutida pelos vereadores da Câmara Municipal de Lisboa com o fim da I República e o início da Ditadura Militar. Um debate que será continuado durante o Estado Novo. Esta mudança no regime político estimulou a tentativa de fazer regressar o culto religioso à igreja. Logo a 1 de agosto de 1926 o Presidente da Irmandade do Santíssimo Sacramento dirige um ofício ao Ministério da Justiça solicitando a devolução do templo, visto estar «desoladoramente arruinado e abandonado»[42].

Curiosamente, é o autor do já citado protesto de 1917 sobre a aquisição da igreja pela Câmara, António Bivar de Sousa, que também volta a trazer a igreja para o debate público, agora no papel de vereador municipal. O orador lança um alerta para o facto de a igreja possuir azulejos valiosos com grande perfeição no seu desenho e estar completamente ao abandono. Perante isto, o vereador voltava a propagandear uma antiga vontade sua: o restabelecimento do culto na igreja. Contudo essa vontade agora não era feita através de um protesto, mas sim através de uma proposta legal na Câmara: «Considerando que a igreja de S. Lourenço de Carnide foi durante muitos séculos sede paroquial onde se exerceu o culto católico; Considerando que, o citado templo ao presente na posse da Câmara, não tem utilidade alguma para esta, e está pouco menos que abandonado; […] Proponho:

1.º – Que seja deferido o pedido do presidente da Comissão Diocesana encarregada do culto, pedindo nos termos do Decreto n.º 11.889, para lhe ser cedida a antiga igreja paroquial de S. Lourenço de Carnide para ali ser estabelecido o culto paroquial;

41 Cf. *Os azulejos da igreja de São Lourenço de Carnide: um caso de estudo entre a incúria e a valorização*, nas futuras actas do Congresso Internacional "A Herança de Santos Simões – Novas perspectivas para o estudo da Azulejaria e Cerâmica", realizado nos dias 15, 16 e 17 de novembro de 2010 na Reitoria da Universidade de Lisboa.

42 Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças –, Arquivo/DGFP/LIS/LIS/BARTS/048, Processo Z-132, "*Ofício do Presidente da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Lourenço de Carnide dirigido ao Ministro da Justiça*", 1 de agosto de 1926.

2.º – Que essa cedência seja feita nas mesmas condições em que foi feita a da igreja de Santo António da Sé, não podendo em tempo algum ser destinada a outro fim;
3.º – Que as despesas de restauração da igreja sejam feitas pela mesma Comissão Diocesana ou irmandade que nela se institua, devendo as obras serem iniciadas no espaço de 3 meses e estar entregue ao culto no espaço máximo de 1 ano»[43].

O regresso do culto à igreja de São Lourenço de Carnide parecia estar num horizonte próximo em 1927. Porém, a proposta, apesar de ter sido aprovada pela Câmara, acabou por ficar em cima da mesa, pois foi decidido ouvir o advogado da Câmara. Esta consulta ao gabinete jurídico da Câmara resulta no facto de haver uma disposição na Lei (Decreto n.º 11887 de 6 de julho de 1926) que afirmava que a igreja devia ser cedida a uma comissão organizada na própria paróquia, ou seja, faltava saber qual era a personalidade jurídica da instituição à qual deveria ser cedida a igreja de São Lourenço de Carnide. Decorrido um mês, António Bivar de Sousa voltava a puxar a situação da igreja para a discussão na Câmara Municipal de Lisboa. A 28 de abril de 1927 era apresentada uma nova proposta, expressando que a Câmara Municipal deveria solicitar «ao Ministério da Justiça a revogação do decreto n.º 3161 de 29 de maio de 1917, em que lhe era feita a cedência definitiva da antiga igreja paroquial de S. Lourenço de Carnide, e o terreno anexo com a área de 3.869 metros quadrados, para aplicar aquele edifício a construções escolares, mediante a indemnização de 4.703$00»[44]. Esta proposta de revogação do decreto surge como reação ao facto de o advogado da Câmara se ter expressado negativamente sobre a proposta feita por esse mesmo vereador em março (o regresso da igreja ao culto). A existência de um decreto governamental que impunha, unicamente, a edificação de uma escola na igreja de São Lourenço de Carnide não podia ser menosprezada. Portanto, a Câmara não tinha por si só competência para devolver a igreja ao culto religioso. Era imperativo a revogação do decreto de 29 de maio de 1917.

Posto isto, António Bivar de Sousa faz uma leitura do Decreto de 29 de maio de 1917 em prol da sua proposta de entregar a igreja ao culto, pois afirma que até à data a Câmara não tem cumprido as obrigações a que se comprometeu, de retirar os azulejos, devido à falta de orçamento. O caminho a seguir deveria ser a articulação do culto com a igreja, podendo desse modo salvaguardar a igreja e os seus preciosos azulejos, bem como satisfazer os crentes de Carnide. A proposta de António Bivar de Sousa foi aceite por unanimidade. Tudo apontava para que a igreja regressasse à sua primordial função

43 GEO, *Atas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa*, março de 1927, p. 37.
44 GEO, *Atas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa*, abril de 1927, p. 57.

religiosa; contudo, em agosto de 1927 surge uma reviravolta. No Diário do Governo era anunciado pelo Decreto-lei n.º 14.039 que a igreja de São Lourenço de Carnide com o terreno em anexo era cedida ao Ministério da Instrução Pública. A Câmara Municipal de Lisboa terá desistido da cedência da igreja e do terreno anexo, por se ter reconhecido que o edifício não possuía as condições necessárias para acolher o projeto escolar. Todavia, a ideia da igreja acolher uma escola não foi descartada. Assim, o Ministério da Instrução Pública obtinha a igreja de São Lourenço de Carnide, «com o fim de adaptar o edifício e aproveitar o terreno na instalação das escolas da freguesia e respetivos recreios»[45]. Contudo, a cedência acabou por ser efémera, visto que em 1928 era oficializado o desinteresse na aquisição da estrutura. Ainda nesse ano chegou a ser realizada uma licitação em hasta pública de 5000$00, por parte de Eulália Trigueiros Sampaio Mela, no sentido de adquirir o templo religioso. Uma proposta que acabou por não ser materializada[46].

Já em pleno Estado Novo, mais concretamente a 25 de novembro de 1935, temos a informação de que a igreja de São Lourenço de Carnide estava completamente abandonada. Não obstante, em 1937 o Governo de Oliveira Salazar, através do Ministério da Justiça, declara sem efeito o acima citado Decreto-lei n.º 14.039. Por seu turno, era anunciado que a igreja e o terreno em anexo eram entregues, a título definitivo, à Junta de Freguesia de Carnide, para aí ser estabelecida uma funcionalidade pública. Conforme previa o Decreto-lei de 1937 (n.º 27 650), ficou decidido ceder o templo e seu terreno em anexo à Junta de freguesia de Carnide, para «ai serem instaladas a sede da dita Junta, a da comissão paroquial da União Nacional, uma esquadra de polícia e obras de beneficência a cargo da mesma junta»[47]. No entanto, em novembro de 1940 a igreja permanecia abandonada e bastante arruinada em consequência de lhe faltar o telhado e pavimento. Perante isto, a «Junta de Freguesia de Carnide requere[u] a posse dessas paredes arruinadas por fora e por dentro»[48], com o fim de fechar a porta do adro e, por conseguinte, impedir um maior vandalismo e garantir por esse modo um respeito pela igreja na qual ainda estavam as sepulturas de numerosas famílias de Carnide.

Decorridos cinco anos, em maio de 1945, a igreja de São Lourenço de Carnide regressa à posse da paróquia de Carnide, isto porque nessa data é outorgado um Auto de Entrega entre a Direção Geral da Fazenda Pública e o Padre Raimundo Barata, representante da Paróquia de Carnide. A Concordata assinada entre Portugal e a Santa

45 *Diário do Governo* – I Série, Número 166, 4 de agosto de 1927.

46 Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Arquivo/CJBC/LIS/LIS/ADMIN/120, Processo 12763, Livro 14, Folha 55 – "*Venda em hasta pública da antiga Igreja de São Lourenço de Carnide, em Lisboa, oferecendo como base de licitação a quantia de 5000$00 a requerente: Eulália Trigueiros Sampaio Mela*", 8 de outubro de 1928.

47 *Diário do Governo*, I Série, Número 84, 12 de abril de 1937.

48 Arquivo Municipal de Lisboa, Núcleo Intermédio (Campolide), *Carta da Junta de Freguesia de Carnide ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa 1940*. Presente em Obra 48533.

Sé durante a década de quarenta, porventura, contribuiu para este desfecho, pois previa a devolução de todos aqueles edifícios religiosos que tinham sido nacionalizados pela I República. Nesse Auto de Entrega estava previsto devolver a «antiga Igreja Paroquial de São Lourenço da freguesia de Carnide, com seu terreno anexo com exceção dos azulejos azuis e brancos do século XVII»[49]. Apesar de a igreja ter saído da alçada do Estado, somente em 1951 é que nela são feitas algumas obras de limpeza e de restauro. Estas obras são impulsionadas por uma associação de assistência particular chamada de *Educação Popular*[50], que acabaria por dinamizar na própria igreja uma escola primária para o sexo masculino. Portanto, na década de 50 do século XX é, finalmente, posta em funcionamento uma escola na igreja. Não obstante, surge também por esta altura a atividade de um pequeno grupo de escuteiros no interior do templo. É em 1957 que o agrupamento de escuteiros 73 de Carnide principia a sua atividade, com a colaboração do Padre Francisco Marques, ficando sediados na igreja. «Na zona onde hoje está o altar», relembra o Chefe Viera, «ficava a primeira secção (a Alcateia, com os escuteiros mais novos do agrupamento, entre os seis e os dez anos) e o Clã. No resto do espaço ficavam os exploradores juniores e seniores (hoje exploradores e pioneiros)»[51].

Todavia, o aspeto mais peculiar da história da igreja durante o Estado Novo é o projeto efémero de implantar um cinema na estrutura religiosa, encontrado no Núcleo Intermédio do Arquivo Municipal de Lisboa[52]. Decorria o mês de dezembro de 1952 quando o Padre Diamantino Afonso, como representante da empresa proprietária da quinta de São Lourenço, materializa o pedido à Câmara Municipal de Lisboa de licença para adaptar a estrutura em cinema. O projeto de adaptação da igreja em cinema visava só aproveitar parte do templo, pois a outra parte do edifício continuava destinada à escola. Portanto, o projeto complementava uma construção em altura, isto é, estava previsto a construção de dois andares. Vejamos: o rés-do-chão era destinado para o vestíbulo principal, uma plateia de 270 lugares num espaço de 17 metros por 7,5 metros, um palco de 7 por 5,20 metros, 2 camarins, um bar, instalações sanitárias, dois vestíbulos laterais e um vestuário; o 1º andar deveria conter um foyer, um balcão para 110 lugares, um toucador e sanitários para mulheres; por fim, o 2º andar estava destinado à cabine de projeção e enrolamento e o posto de bombeiro, havendo ainda uma casa de arrumação e vestuários. A fachada do cinema era imponente, havendo nela traços arquitetónicos característicos do Estado Novo. O pavimento dos vestíbulos,

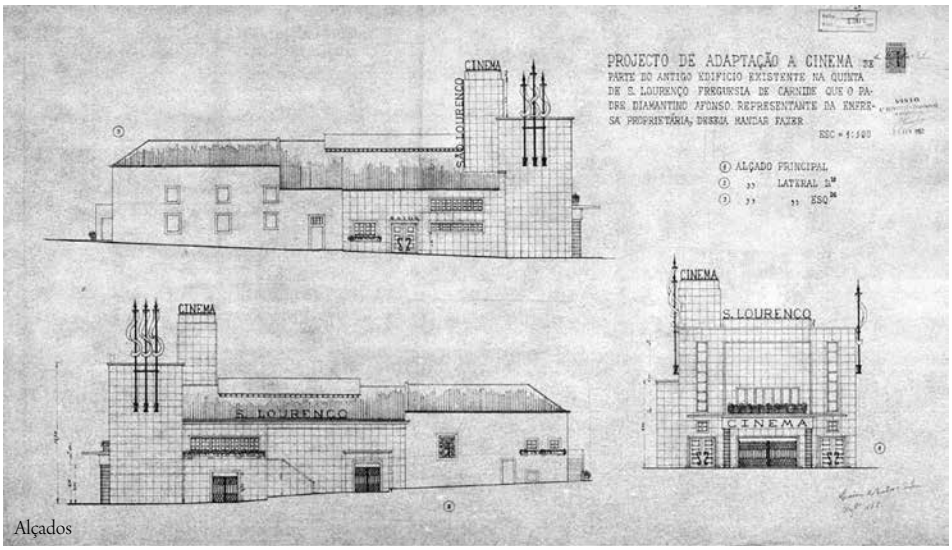
49 Divisão de Administração do Património Imobiliário, Direção Municipal de Finanças da Câmara Municipal de Lisboa, *Auto de Entrega*, maio de 1945.

50 Os Estatutos desta associação foram aprovados em 26 de novembro de 1936, e a mesma tinha sede na Avenida Miguel Bombarda, nº 132 – 5º andar, Lisboa.

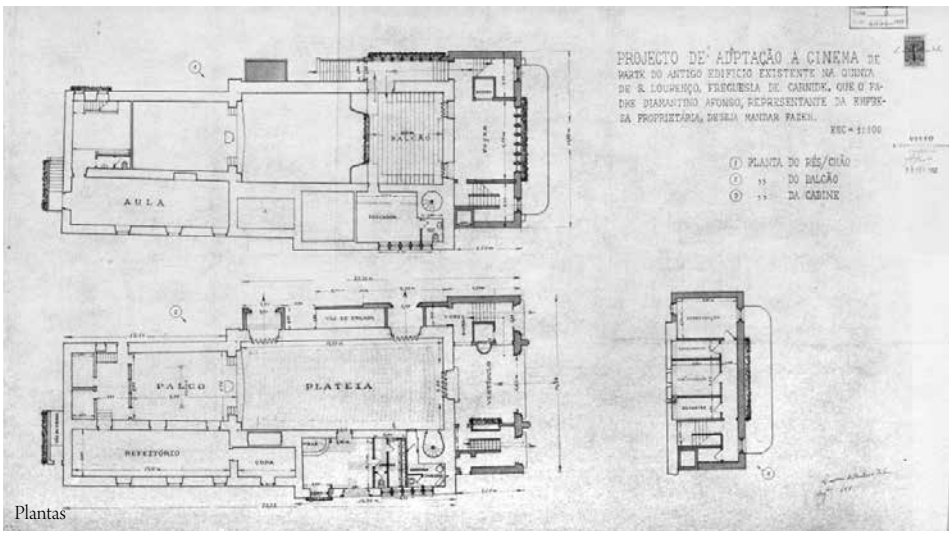
51 *http://www.agr73.cne-escutismo.pt/0809/historia.html*, consultado em 6 de março de 2011.

52 Arquivo Municipal de Lisboa, Núcleo Intermédio (Campolide), *Igreja de São Lourenço de Carnide* – Obra 48533 Processo: 4304/DAG/PG1952.

corredores, bar… etc., deveriam ser em mosaico, enquanto que o pavimento do foyer e da sala de espetáculos eram em parquet. O restante era pavimento de soalho à inglesa. As portas e paredes exteriores deveriam ser castanhas e cor creme, respetivamente. Por fim, o nome que consta na documentação referente ao futuro cinema fazia relembrar o passado daquele edifício: Cinema São Lourenço.



Alçados



Plantas

Projeto de Cinema a instalar na Igreja São Lourenço de Carnide.
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, Núcleo Intermédio (Campolide), *Igreja de São Lourenço de Carnide* – Obra 48533 Processo: 4304/DAG/PG1952.

Conclusões

Pretendemos demonstrar neste artigo que a igreja de São Lourenço de Carnide, edificada durante a época medieval no extremo norte do atual concelho de Lisboa, teve durante vários séculos uma grande centralidade na vida quotidiana da população de Carnide. Embora nunca tenha sido negligenciado pela estrutura eclesiástica e a população religiosa local, este templo foi sujeito a uma gradual diminuição do seu protagonismo com a implantação do culto e romaria de Nossa Senhora da Luz.

Ao rastrear o uso e a evolução da igreja, é possível concluir que a mesma é tratada com enorme relevo por diversos atores políticos e sociais. Com o desenrolar histórico o templo acabou por integrar parte de um debate público e de uma agenda política de alguns executivos governamentais e municipais, onde se destacam vários projetos de reafectação do uso da igreja.

De facto, os acontecimentos e alterações políticas que surgem no final da primeira década do século XX são nucleares para esta igreja, pois será alvo de uma discussão e de vários projetos referentes à sua finalidade. A igreja São Lourenço de Carnide conhece um processo delicado e, em certa medida, labiríntico devido às várias mudanças de proprietários que é sujeita. É neste período que o seu ornamento

Fachada da igreja de São Lourenço de Carnide, na atualidade (foto: Anabela Oliveira)

com uma envolvência artística riquíssima não deixa de ser observada, acabando por a República ser responsável por despir a igreja dos painéis de azulejos, ao passo que um conjunto de ornamento e objetos são retirados da mesma.

A I República ao patrocinar um projeto de transformação da igreja numa escola, faz com que esse processo de reafectação do uso do templo tenha ecos tanto durante a Ditadura Militar, como durante o Estado Novo. Na verdade, a ideia de rentabilizar e de repensar a estrutura quase, e de uma forma inesperada, redunda na transformação da igreja num cinema durante a metade do século XX, um projeto dirigido pelo próprio padre local, todavia, durante a investigação não foi possível recolher mais elementos de análise sobre esta situação.

Seja como for, a igreja São Lourenço de Carnide revela uma forte resiliência, acabando por retornar a sua prática religiosa em 1999. Na década anterior tinha sido alvo de obras no sentido de acolher o culto católico. Portanto, decorridos sessenta e sete anos a primordial função religiosa do templo era de novo encetada. Passados três anos a igreja foi uma vez mais encerrada ao culto, no entanto nesta ocasião o encerramento serviu para que fosse possível implantar algumas beneficiações, tais como o Coro alto em madeira e que a pintora Margarida Cepeda desse por terminada a admirável pintura de um quadro na Capela-mor. Nesse mesmo ano, pelo Natal, a igreja era de novo reaberta ao culto, situação não mais alterada até à atualidade.